

Um ano

Pobres & Nojentas



"Nojenta" é a pessoa que
questiona velhos valores,
cria o novo e persegue vida
boa e bonita para todos

Florianópolis (SC), maio/junho de 2007 - Ano 2 - Nº 07 R\$ 4,00



Índios querem
ser livres para
andar no seu
grande território

Foto: Ricardo Casarini

Terras sob o céu são a casa dos Guarani

3	Editorial
4	América Latina Ferida na alma Guarani
8	As delícias de Su&Li Que tal um aparadinho?
9	Mulher da luta Essa Lídia, e não outra
12	México Um pássaro em armas
14	Ilha para todos Hora de seguir no meio do povo
16	Poema Vamos combinar
16	Ossos do Ofício
17	Comunicação A TV serve a quem?
20	Crônica Uma luz no convento
21	Movimento social A lei só cai sobre os pobres
24	Crônica Traição
26	Tempo livre Sugestão de leitura



Companhia dos Loucos

Cooperativa da palavra libertária, criadora, caminheira. Não quer lucro, nem fama. Sonha derrubar muros que separam e escondem aqueles que têm a sua palavra calada, mutilada, censurada, castrada, quebrada, torturada, em nome do lucro, do mercado, da competição.

Viajeiros da palavra:

- Elaine Tavares
- Janice Miranda
- Marcela Cornelli
- Míriam Santini de Abreu
- Ricardo Casarini Muzy
- Raquel Moysés
- Paulo Zembruski
- Rosângela Bion de Assis
- Sandra Werle

Jornalista

Elaine Tavares
(MTB/SC 00501-SC)

Endereço eletrônico:

eteia@gmx.net

Projeto gráfico, Editoração e Tratamento de imagens

Rosângela Bion de Assis
(MTB/SC 00390-SC)

Antônio Carlos da Silva fez as ilustrações da capa e da contracapa

Florianópolis - SC

Parabéns para nós!

Num sábado de maio, o sexto número da revista *Pobres & Nojentas* chegava na Escola América Dutra Machado, onde acontecia a I Conferência das Comunidades do Monte Cristo, em Florianópolis. A capa estampava a foto de Francisca das Chagas dos Santos, a Chica, junto com crianças da comunidade. Em minutos, os exemplares começaram a circular de mão em mão. E a história da Chica passou a ser a história de todos que ali se reuniam para pensar e colocar em prática a luta coletiva.

Agora, com este sétimo número, a revista completa um ano. Ela começou quando, cansados de ver vicejar, nas bancas de jornais, revistas que se mantêm com focos sobre a vida dos ricos e famosos, decidimos trazer para as páginas de uma revista os “pobres e nojentos”, aqueles e aquelas que, apesar de empobrecidos, caminham altaneiros na vida, construindo mundos, enfrentando medos e diversidades, abrindo fronteiras nos seus limites de classe empobrecida pela ganância de um sistema em que para que um viva, outro tem de morrer.

Fazer a revista tem sido fácil. A vida das gentes pulula nos caminhos, as histórias são fartas porque, afinal, quem constrói o mundo mes-

mo são os “comuns”, as pessoas anônimas que trabalham, que agem, que alimentam a vida. O difícil tem sido quebrar a barreira do preconceito e da discriminação.

No que diz respeito ao jornalismo a luta nunca foi fácil. Escrever de maneira simples, interpretando os fatos, contextualizando, trazendo uma linguagem poética para o texto, sempre foi coisa malvista pelos jornalistas normóticos. E quem são estes normóticos? São aqueles que se renderam ao jornalismo “informativo”, aqueles que seguem regrinhas estabelecidas em manuais. São normóticos aqueles que se limitam a escrever de maneira homogeneizada, fugindo do desafio de narrar a vida com profundidade, com estilo, com rigor.

Nós, os “loucos” da *Companhia dos Loucos*, buscamos algo mais do que a normose. Nós queremos inventar, experimentar, criar o novo, latinoamericanizar o olhar, buscar as raízes de nossa cultura, semear com a semente originária. Nós queremos, como ensinava o grande educador Simón Rodrigues, desvelar a alma da nossa gente, do nosso lugar. E, com o outro educador imortal, Paulo Freire, ler o mundo com os olhos do desejo de transformação.

Outra dificuldade é que as mãos que entregam a revista tam-

pouco dominam impérios editoriais. É um grupo de jornalistas locais, gente comum. Não chegam de carro importado, tampouco podem publicar enormes *outdoors*. Aí é difícil ter acesso às bancas.

Da mesma forma, se fecham as pessoas. O primeiro impacto é o nome. “Hum... nojentas..?” Já é um motivo para afastar. Poucas são as que vencem a primeira impressão e se dignam a folhear, buscando saber a temática ou a abordagem. No mais das vezes os comentários são positivos. As pessoas acham graça, comentam que a idéia é interessante, falam da importância de se retratar aqueles que não têm espaço de expressão na mídia normótica. Mas, depois de tudo isso, seguem, sem comprar. Acham caro pagar quatro reais pela revista.

Mas acreditamos que é preciso resistir. Nossa publicação é uma alternativa, traz elementos de um jornalismo mais contextualizador, traz a história das mulheres que fizeram “nuestra América”, ou Abya Yala (nome originário de nossa terra), traz crônicas, poemas, vidas de gente simples. Seguimos assim, “camelando”, vendendo de mão em mão, acumulando prejuízos financeiros, mas abrindo veredas por onde os que querem conhecer o mundo real possam caminhar.

EDITORIAL

www.pobresenojentas.org

Pobres & Nojentas Um ano



Ferida na alma Guarani

Palavras ainda
açoitam povos
originários

Por Elaine Tavares, de Florianópolis

Fotos: Ricardo Casarini

Mbyá kuery Ywy (na terra guarani)

Na aldeia de Morros dos Cavalos, em Palhoça, a 15 quilômetros de Florianópolis, Santa Catarina, os Guarani Mbyá, dispersos em pequenos grupos, digerem as notícias vindas da terra dos juruá (os brancos). A informação de que o povo da aldeia não é “brasileiro e quer roubar as terras”, divulgada pela revista *Veja* em março de 2007, causou tristeza. Não pela nota em si, mas pelo fato de o jornalista ter sido recebido amistosamente entre os Guarani. Ele chegou com outro homem, um velho conhecido da aldeia que anda por lá com facão na cintura e diz que aquela terra é dele. “A gente o recebe porque não gostamos do conflito”, diz Marco Karáf Djekupe, professor da escolinha da aldeia.

Juruá kuery Ywy (na terra de branco)

No mundo não-índio, também há indignação por parte de antropólogos e militantes sociais. Eles sabem que a notícia não é só o equívoco de um jornalista mal-informado. A questão da demarcação de terras no Brasil tem gerado violência, inclusive mortes. Além disso, grandes empresas estrangeiras vêm demonstrando interesse em áreas indígenas, muitas delas repletas de riquezas minerais ou mesmo de água, elemento mais disputado neste início de crise planetária. Não seria nada irreal, portanto, pensar que esses interesses podem estar agindo no caso dos Mbyá. A terra dos Guarani, na região de Florianópolis, se espalha por 1.988 hectares, desde a praia até o rio Massiambu Pequeno (leste – oeste), desde o rio Massiambu até o rio (sul – norte). Não é só a estreita faixa de terra ruim, com quatro hectares, onde está a aldeia. As fases de identificação e delimitação já foram realizadas e até há bem pouco tempo tudo estava certo para a oficialização.

Mbyá kuery Ywy (na terra guarani)

A cultura Guarani se dá na oralidade, dentro da Casa de Reza. Todos os dias as famílias se reúnem para ouvir histórias dos antigos avós, segredos da terra sem males, regras do bem-viver. O Opy (Casa de Reza) é o centro da vida. É ali que se pronunciam as palavras antigas, só conhecidas por eles. “A única coisa de que uma comunidade Guarani não pode nunca abrir mão é da sua Casa de Reza. Temos o exemplo de uma aldeia que está na periferia de São Paulo, no meio dos não-índios. Mas eles têm sua Casa de Reza e as pessoas vão escutar as pala-

vas antigas, para que a cultura não morra.”

Juruá kuery Ywy (na terra de branco)

A disputa de terra na região do Morro dos Cavalos não é de hoje, mas os Guarani não têm tradição de peleia. Como sua forma ancestral de vida é a mobilidade, eles não se importam em sair, caso os brancos ocupem terras próximo a eles. As histórias dos viajantes que passaram por esse território registram a presença Guarani desde 1504. Antropólogos também falam de ocupações em vários pontos do Massiambu, desde há tempos. Mas, a partir dos anos 70 do século 20, o valor da terra fez crescer o olho dos brancos, quando da construção da BR-101. Naqueles anos, havia uma aldeia Guarani e, ao ver chegar as máquinas e o povo juruá, os “tcheramõí” (os mais velhos) cismaram, mas não abandonaram o lugar. Na década de 1990 várias famílias chegaram ao Morro dos Cavalos com Werá Mirim, atual cacique.

Mbyá kuery Ywy (na terra guarani)

Uma antiga história Guarani conta sobre a diferença entre Guarani e juruá. Dizem os velhos que todas as almas guaranis vivem juntas num grande opy no paraíso. Fora da casa de reza há uma enorme árvore, onde vivem os outros seres. Quando Nhanderu decidiu povoar a terra, estabeleceu que sempre que nasce um Guarani na terra, a alma dele é puxada do grande opy; já os animais e o juruá vêm da árvore. Mas, para os Guarani, todos os seres que vivem merecem respeito. Por isso a idéia do não-conflito. Também está fixado na mente Guarani que o território terreno que lhes foi dado por Nhanderu é o espaço entre o Rio Grande do Sul e a Bolívia, sendo que o centro mítico é o Paraguai. É mais ou menos como os povos andinos, que consideram Cuzco sua capital central, ou como os católicos, muçulmanos e judeus, que vêem Jerusalém como o centro de sua religião. Por isso que cada Guarani se sente filho do Paraguai, porque ali é centro de seu mundo.

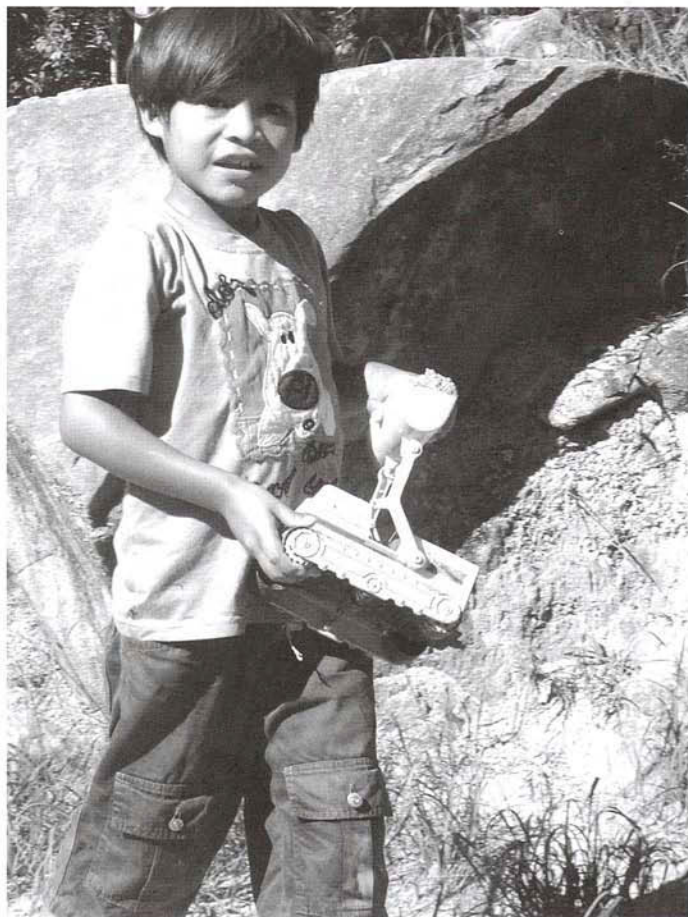
Juruá kuery Ywy (na terra de branco)

A terra de ocupação tradicional Guarani passou por estudos da Fundação Nacional do Índio (Funai) e o Relatório Circunstanciado de Identificação e Delimitação teve o resumo publicado no Diário Oficial da União e no do Estado de Santa Catarina (em 12/2002 e 03/2003). Feito isso, deu-se início a fase do contraditório, que é

quando qualquer pessoa pode se manifestar à Funai, seja para pedir indenização ou apontar vícios no relatório. Houve três manifestos: o da Fatma, órgão ambiental do Governo de Santa Catarina, o do representante do Ministério Público do Estado em Palhoça e o de Walter Alberto Sá Bensousan. Passados 90 dias, a Funai encaminhou ao Ministério da Justiça os autos do processo com pareceres contrários às manifestações apresentadas. A Consultoria Jurídica do Ministério da Justiça apresentou parecer favorável à publicação da portaria ministerial declarando como terra indígena os 1.988 hectares propostos pela Funai.

Mbyá kuery Ywy (na terra guarani)

Os Guarani nunca fizeram divisão entre eles. Não se apontavam como Mbyá, Nhandeva ou Kaiová. Estas diferenças são dadas pelos brancos. Um exemplo são os Carijós, que povoavam a região de Santa Catarina. Como usavam um determinado tipo de pena para se adorna-



rem, os brancos identificaram como sendo de Carijó, daí o nome. “Nós nunca nos importamos com os nomes dados pelos brancos. Porque sabemos quem somos. Mas, quando vem um juruá e espalha mentiras, que os Carijós estão extintos e que nós não somos daqui, é preciso explicar muito bem”, diz Marco Karai Djekupe.

Juruá kuery Ywy (na terra de branco)

Em outubro de 2005, quando o processo de demarcação das terras já estava pronto para ser assinado, o Procurador do Estado/SC, Loreno Weissheimer, encaminhou à Consultoria Jurídica do Ministério da Justiça, fora do prazo de contraditório, um pedido de suspensão. Segundo ele, haveria provas de que a terra em questão não era tradicionalmente ocupada pelos Guarani. Por conta disso, a Consultora Jurídica Substituta, Cristiane Schineider Calderon, determinou que o processo de identificação e delimitação da terra voltasse à Funai para reavaliação. Agora tudo está parado novamente, com os prazos legais sendo violados, segundo denuncia o Conselho Indigenista Missionário. “O projeto tinha que andar para frente e não para trás”, diz o advogado Cláudio Luiz dos Santos Beirão. Não é à toa, portanto, que um tema tão controverso apareça em nível nacional, e de forma tão desfavorável para os Guarani.

Mbyá kuery Ywy (na terra guarani)

Um Guarani não tem na cabeça os mesmos conceitos que o juruá, daí a necessidade de conhecer-lhes a cosmovisão. Para um Guarani é incognoscível a idéia de fronteira. Não se dizem gaúchos ou catarinas. São Guarani e circulam por Ywy Rupa, como denominam seu território. “Para você eu nasci no país Argentina. Para mim não, para mim não tem só um Paraguai, tudo isso aqui é mundo Paraguai. Tudo é Paraguai, porque nós não temos bandeira, não temos color [cor]. E para mim Deus deixou tudo livre, não tem outro país. Tem Paraná, tem quantas partes o Rio Grande. Do outro lado já é outro país, mas para mim não tem outro país, é só um país. Quando uma criança nasce aqui no Brasil, nasce lá no Paraguai. Quando nasce no Paraguai, ela nasce aqui também. Só um país. É igual”, explica Roque Timóteo, em depoimento à antropóloga Maria Dorothea Post Darella.

Juruá kuery Ywy (na terra de branco)

A duplicação da BR-101 abriu mais discussão acerca

da terra do Morro dos Cavalos. Em 2005, o Tribunal de Contas da União analisou representação que denunciava irregularidades na escolha do projeto de transposição das famílias, e exigiu novos estudos. Mas não entrou na questão se é ou não terra indígena. Por outro lado, o Ministério Público Federal em Santa Catarina tem ingressado com ações civis-públicas para determinar à União o cumprimento da lei no que diz respeito aos processos administrativos de demarcação de terras indígenas. E a Justiça Federal em Santa Catarina tem concedido liminares nessas ações para determinar que o ministro da Justiça decida o caso, sob pena de multa diária em caso de descumprimento, mas ainda nada acontece. O que parece é que enquanto a Funai não reafirmar a decisão acerca de que este é um território tradicionalmente ocupado pelos Guarani, a incerteza vai continuar, assim como os conflitos envolvendo agricultores da região. Segundo os Guarani, são aproximadamente 50 famílias de juruá que vivem dentro da área a ser demarcada. Nenhuma delas manifestou-se no contraditório.

Mbyá kuery Ywy (na terra guarani)

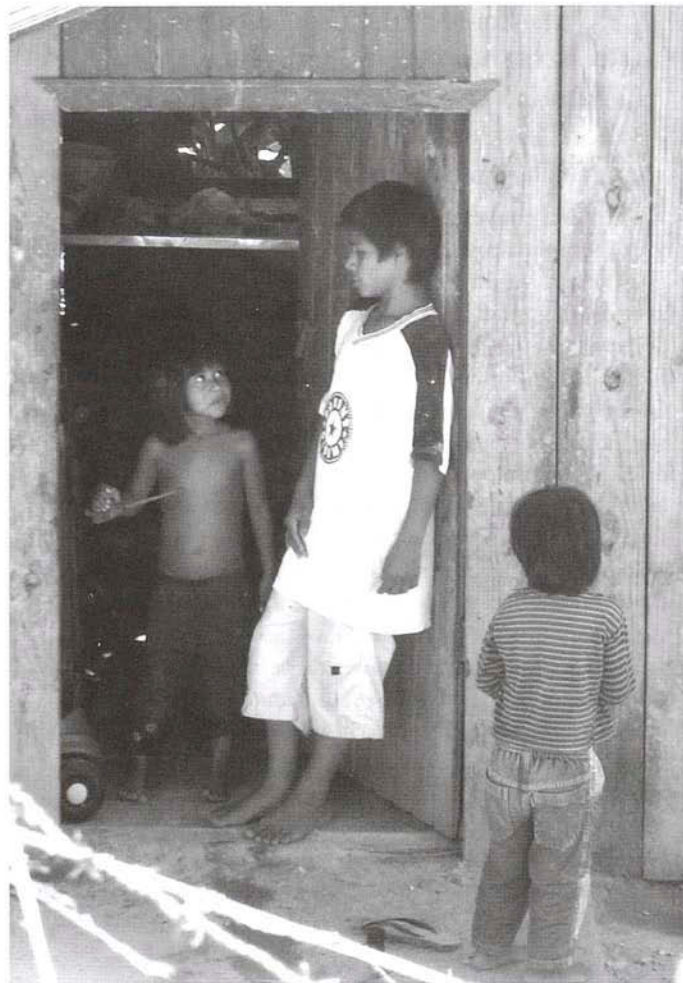
As 144 almas que hoje vivem no Morro dos Cavalos rememoram sua história desde o princípio dos tempos e sabem que este é um território que lhes pertence por tradição. As marcas do seu povo estão em cada parte dos caminhos. Não há como contestar, muito menos acusar os antropólogos de falsear a realidade. É impossível ignorar os sinais. O fato é que o branco não tem a mesma relação com a terra que o Guarani tem. Para o povo autóctone, terra é sinônimo de vida.

Juruá kuery Ywy (na terra de branco)

A decisão da consultora jurídica substituta do Ministério da Justiça em mandar de volta o processo para a Funai abre um grave precedente que pode atrasar a demarcação de outras terras indígenas no restante do país, inclusive as cobiçadas por empresas estrangeiras, como é o caso da Aracruz Celulose, no Espírito Santo. Por isso, a luta agora é para que a Funai reenvie o processo para o ministro da Justiça e que, de uma vez por todas, sejam demarcadas as terras. Mas, segundo a antropóloga e doutora em Etnologia Indígena Juracilda Veiga, da coordenação geral de defesa dos direitos indígenas da Funai, não há como definir prazos para que isso aconteça.

Mbyá kuery Ywy (na terra guarani)

O nome do lugar onde está a aldeia, às margens da BR, tem uma simbologia bem-afinada com o drama da gente que ali vive. É nome de branco, mas evoca um sentimento que qualquer etnia tem no coração. Foi dado durante a guerra dos farrapos quando uma tropa deixou ali os cavalos e foi dormir. No raiar da manhã, os cavalos haviam sumido, tomando o rumo da liberdade, galopando, sem amarras, pelo monte. Nunca mais foram pegos. É por isso que o lugar chama-se Morro dos Cavalos. Hoje, ali, já não há cavalos livres. O que existem são pessoas, também buscando encontrar a liberdade de ser o que são. Crêem que, depois de 500 anos sendo aviltadas, seja a hora de um pouco de dignidade. Querem ser livres para andar no seu grande território, e nunca, jamais, serem chamadas de estrangeiras. Porque não o são.





Que tal um aparadinho?

Os hábitos culinários podem passar muitas informações sobre a cultura, a origem, a história das pessoas. Podem até se transformar num choque cultural, como na ocasião em que minha amiga Salete, extensionista rural, chegou numa localidade onde ia morar, para fazer seu trabalho junto aos agricultores da região.

Tema de conversa de uma tarde fria de domingo, ela contou do primeiro almoço na casa onde a gentil dona Vani a acolheu de coração e braços abertos. Contou que, como visita, ela devia ser a primeira a se servir. Com o prato na mão, foi até o fogão a lenha onde ficava a comida, quentinha. Olhou para a pequena quantidade de arroz e pensou na fila de pessoas que se serviriam depois dela. Pegou um pouquinho e depois mergulhou a concha na grande panela onde pensou encontrar feijão. Um caldo voltou com a concha, nenhum grão de feijão lá dentro. Desconfiada, ela desistiu do caldo e também não se serviu na grande travessa com farinha que estava mais ao lado. Voltou para a mesa com uma posta de peixe frito e a pequena porção de arroz no prato. Dona Vani preocupou-se: “Óiôió! A menina não vai comer nada, não? Nem do feijão?” Foi então que ela descobriu que aquele caldo era, sim, o feijão, que havia sido socado e transformado num caldo, com o objetivo de misturar com a farinha e formar o pirão. Logo descobriu, aliás, que farinha era a base da dieta local, misturada à água, para o “pirão de

náilon”, ao caldo de feijão, ao caldo de peixe e até ao café preto, no meio da tarde, para uma xícara “mais reforçada”!

Na mesma época Salete foi apresentada ao hábito do “aparadinho”. Visitavam os agricultores, ela e o colega agrônomo, e em determinada hora da tarde surgia o convite para o aparadinho. “Mas o que é o aparadinho?”, perguntou aflita, na primeira vez. Seu colega, rindo, fez mistério e lá foram eles para a cozinha da propriedade. O aparadinho era, pois, uma “paradinha” para o café da tarde, que era servido da seguinte forma: um café de coador, recém passado e cheiroso, a paçoca (farinha de mandioca com açúcar e amendoim torrado e moído), aipim cozido e melado de garrafa. Servia-se o aipim e o melado no prato, enquanto a paçoca ficava numa travessa, no centro da mesa, com várias colherinhas em volta, para que cada um fosse se servindo às colheradas. Assim, as gentes do campo na região litorânea faziam (será que ainda fazem?) seu aparadinho, pontilhado de muita conversa. Hábitos que misturam a origem açoriana aos artigos produzidos na região, costumes diferentes que trouxeram mais saberes à minha amiga.

A lembrança que Salete guarda de dona Vani é carinhosa. Dos hábitos alimentares, ela lembra ainda do leite com sal (diante da estranheza da Salete, dona Vani surpreendeu-se ainda mais: “Óiôió, tu toma leite *insonso*?”) e da banana assada, com casca e tudo, na chapa do fogão. Pena que não dá tempo de contar sobre outros hábitos e manias, como as inúmeras restrições à mulher menstruada, que não podia bater bolo...

Uma coluna culinária com o carinho da vovó, a dedicação da mamãe e o tempero da mocinha...

Para um “aparadinho”

Prepare uma porção de farinha de mandioca (aquela mais grossa, usada nas regiões do litoral de Santa Catarina), com açúcar (de preferência mascavo) e amendoim torrado e moído;

Cozinhe aipim e sirva quente;

Jogue sobre o aipim o melado de garrafa (melado de cana de açúcar diluído em água, numa textura de calda);

Acompanhe com um café coado na hora, daqueles que espalham aroma por toda a casa.

Observação: se a receita puder ser preparada numa velha casa de madeira, com cozinha grande e um bom fogão a lenha, vários amigos em torno da mesa, aí, sim, o aparadinho vai ficar gravado, para sempre, na sua lembrança.

MULHER DA LUTA

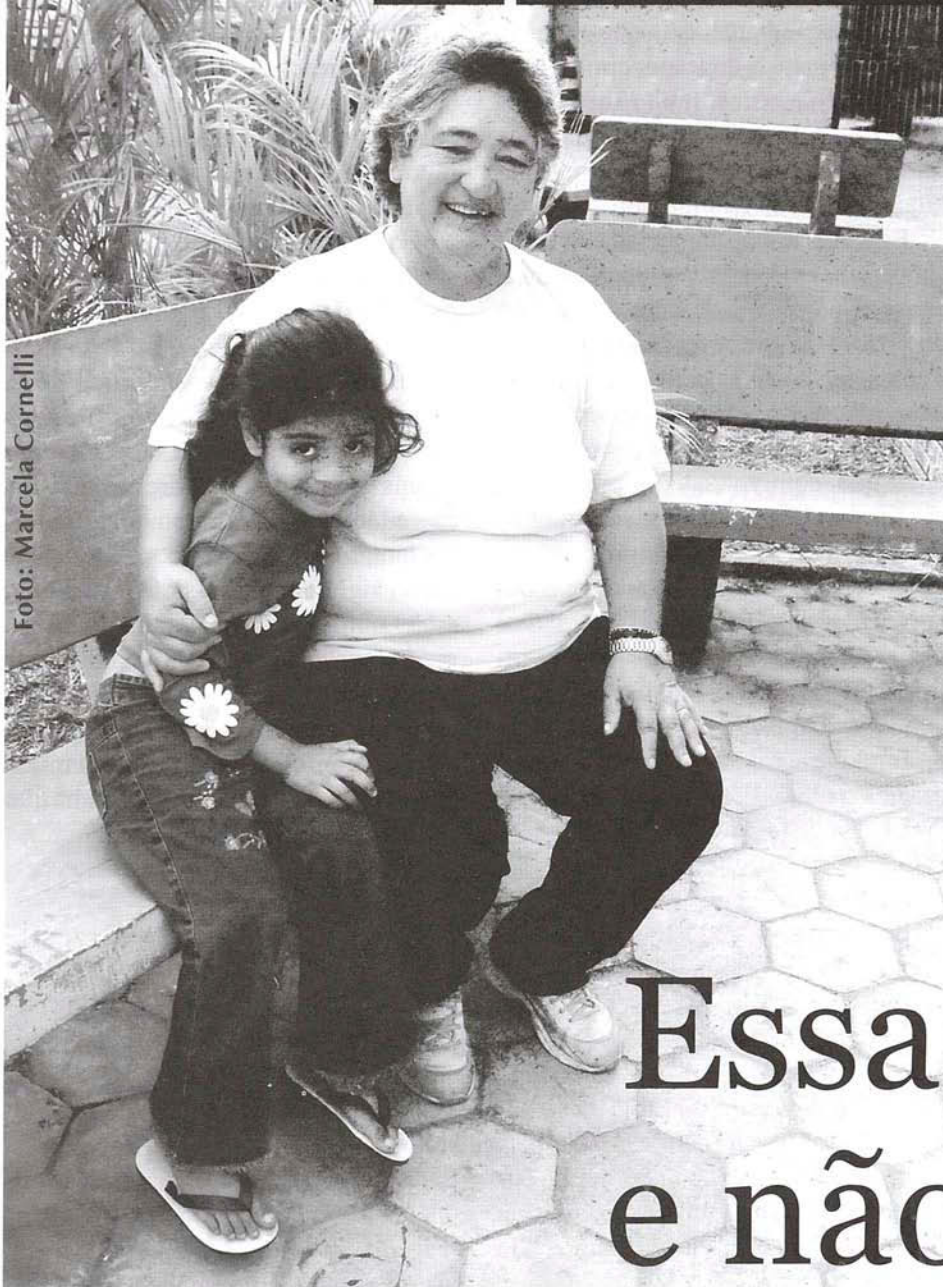


Foto: Marcela Cornelli

Essa Lídia, e não outra

Gestos de uma mulher que inquieta o mundo da pressa

Por Sandra Crochemore Ribes, de Florianópolis



No mundo da pressa e da necessidade inventada de podermos e sabermos de tudo e mais um pouco, mas por garantia não estarmos nem aí, da impensada urgência da ação para ontem, da informação banalizada que em nada contribui para o engrandecimento de cada um e de todos, muito menos dos contextos e das teias desfeitas entre os seres sensíveis e nem tanto que nele habitam, há que se ter cuidado.

Esta morte não anunciada que absolutiza e, entre nós, a alguns assusta, provoca perplexidade ante a pulsação do vivido. Há que se ter muito cuidado. Caos e perspectivas como faces de um prisma inovador. Há que se ter muito, mas muito cuidado com este prisma singular que, com vontade própria, teima em mostrar o acontecido e seus muitos significados. É ele que nos proporciona ver a beleza e a feiúra, o antes e o depois, a alegria e a tristeza, a liberdade e o aprisionamento, a morte e a vida, enfim, a mesmice e o inusitado. Prisma que vem ao encontro dos desejos mais profundos e soa como convite para aguçarmos o olhar. E então quando enxergamos, deixamos de ser os mesmos. Ficamos assombrosamente conectados com a vida desnuda.

Perdidas neste mundo, as cidades e, nas cidades, outros tantos universos. Entre Marias, Marias e Marias, uma Francisca, uma Catarina, uma Lourdes, uma Sara, uma Daniele, uma Adriana, uma Lídia. E é da vida desta Lídia e não outra que vou contar sem a devida permissão... Impulso desatinado, desvio ético? Isto tudo e mais um pouco, além da necessidade visceral de apostar na vida que pulsa.

Mulher batalhadora esta Lídia. Em meio a esperanças, filhos e mágoas, para esta e não outra cidade migrou. Portas fechadas, caras amarradas e proibições

não lhe impediram de, junto a Marias, Marias e Marias – e nesta trajetória não faltaram Josés, Pedros, Joões e Antônios – conquistar um pedaço de chão. E é deste pedaço de chão que esta Lídia, e não outra, contempla o nascer e o pôr do sol, refresca-se na chuva e bebe as estrelas. É deste pedaço de chão que em companhia continua lutando pelo direito às políticas que costumam ser mais públicas para alguns.

Foi neste espaço que um dia, precisando utilizar o serviço de um banco, disponível mais para alguns do que outros, tentou desenredar-se no auto-atendimento junto a uma das filhas. Neste mundo da igualdade não posta, camuflada pelo politicamente correto, onde alguns gozam mais os direitos que outros e tantos não permitem tocar-se pelos tantos outros, foi que, pela eficiência do vigia, acreditou-se ser esta Lídia, e não outra, perigosa assaltante no sagrado espaço do capital. Tamanho perigo necessitou do reforço de policiais de arma em punho que, acionados, a interpelaram com eficiência. Afinal, a mídia televisiva podia estar por perto e há que se comprovar com ações a segurança pública, alardeada em época de eleições.

Acossada. Humilhada. Destituída de sua dignidade pelo olhar preconceituoso e gerador de opiniões, não se calou, pois em seu espaço conquistado – lembrem-se, ela contempla o nascer e o pôr do sol, refresca-se na chuva e bebe as estrelas – subiu nos calcanhares assumindo-se cidadã e indignou-se com o desrespeito, exigindo reparação. Em sua história, esta Lídia aprendeu a enxergar e a falar. Gozariam de cidadania este vigia, os policiais e os clientes que ali se encontravam? Mas esta Lídia despertou suspeita, talvez pelo tempo usado no

auto-atendimento (há que se ter presença), talvez pela vibração de sua presença, talvez pelas vestes sem grife... talvez... talvez... talvez. Afinal, o mundo da pressa que cultua a violência alimenta-se na desconfiança.

Saberíamos nós, o vigia, os policiais e os clientes do banco, que esta Lídia e não outra em sua casa – conquistada ao longo de um processo comunitário de luta por teto – construiu um museu? Pois esta Lídia e não outra, em meio à poética da vida, faz caminhadas diárias pela periferia (haveria um centro?) em que habita. A cada passo um olhar cuidadoso para quem com ela cruza e para os muitos objetos descartados que encontra. Esta Lídia poderosa que pode desestabilizar o recinto do capital e transforma o descartável em obra de arte, inquieta o mundo da pressa.

Quem pelos arredores de sua casa transitar e despertar-lhe confiança, levando interesse pela arte, mas principalmente pela vida, poderá ser convidado a visitar seu universo, a entrar em seu museu batizado, pequeno espaço que abriga tesouros e suas histórias.

Nele é possível penetrar o mundo das bonecas de várias eras, caixas de música, carrinhos, bichos de pelúcia, bibelôs, caixinhas, enfeites, miniaturas, jogos, revistas, figurinhas, cristaizinhos, bruxinhas, bailarinas, super-heróis, livros e infinitos outros objetos que em sua diversidade, depois de descartados nesta cidade, têm suas vidas reinauguradas pela arte desta Lídia.

Ah, este é um espaço todo seu, sua arca de riquíssimo tesouro, uma porção de mistério, que somente em companhia divide com netos, familiares ou mesmo aqueles que forjam possibilidades no mundo da pressa. Se você deseja usufruir o direito de descobrir grandes porque pequenos tesouros, precisa enxergar outras faces deste imenso prisma e então conectar-se com a vida desnuda, contemplar o nascer e o pôr do sol, refrescar-se na chuva, beber as estrelas e conectar-se consigo, com esta Lídia e não outra.

Para isso há que se desestabilizar a cultura da pressa, há que perceber-se na inquietude. No mundo da pressa há um prisma... Há que se ter muito, mas muito cuidado.

Foto: Marcela Cornelli



... sua arca de riquíssimo tesouro, uma porção de mistério, que somente em companhia divide com netos, familiares ou mesmo aqueles que forjam possibilidades no mundo da pressa.



Foto: arquivo pessoal

Um pássaro em armas

Por Raul Fitipaldi, de Florianópolis

Agora que o eclipse dá sinais de desvanecer-se na América Latina, olhe para o céu e procure os pássaros que nos deram luz. Veja os reflexos da lua nos seus escuros traços, raiando o céu a caminho dos novos amanheceres. Olhe abaixo do Rio Bravo. Observe as formas sensuais, leves, escute o canto aguerrido e tenro. Ouça as vozes que pintaram aqueles céus de sangue com a melodia suave da esperança, com a marcha agreste da trincheira. Imagine o México, esse México todo a

cores que os ianques roubaram em mais da metade e nunca devolveram. O México resistente, de peleja brava e de maldições, de galope audaz, de *gringo* invasor, de pluma heróica e de turvos governos. O México nosso, lá de cima, que para sair das trevas e encaminhar as lutas - que hoje avançam com passo tenso e definitivo, teve seus pássaros em armas. Teve Amparo, esse México.

Maria Amparo Ochoa Castaños nasceu em 1946, em Culiacán, Sinaloa, como um dos ícones da



"Se arreventou a correia e segue a junta andando veio o rico e o quebrou todo o milho se levou pra comer me deixou."

PROJETO
AMÉRICA
LATINA
PALAVRA
VIVA

Educação
e Cultura

amlapav@gmail.com



POR UMA PALESTINA LIVRE E SOBERANA

Nova Canção. A junta vilão/mulher andou apesar de o ianque continuar arrebentando o *barzón* dos mexicanos. É que nos anos 60 a luta começava a ser dura e determinante. Amparo ajudou a abrir a porta da gesta do século 21 que veio para (como indicou o grande artista uruguaio Joaquín Torres García) virar o norte de pés para cima, e afincar *nosso norte* no SUL. Eram tempos da Nova Canção catalã, da Trova Latina, caminhos que traçavam os rostos de Chico Buarque e Nara Leão no Brasil.

Amparo Ochoa levou-se em nome explícito a cada povoado, aos interiores da extensa territorialidade cultural mexicana. É um exemplo vivo da revolução feliz, da insurgência firme e delicada, respeitosa e irônica: pássaro da paz, fuzil melodioso. Indígenas, negros, mestiços, descalços, jovens e esfarrapados a santificamos. Como mãe de filhos da carne, como irmã dos excluídos, como filha da Terra. Elegante figura e voz aguda (quase

infantil), colheu todas as tonadilhas mexicanas, rudes e oriundas de tantos séculos de civilização, anquilada ou sobrevivente, e as transformou em verso simples, em ensaios de crítica e libertação, como pouca academia conseguiu ou consegue fazer, e o povo nu das riquezas e da opulência entendeu. Aula de história e sociologia, peça de teatro e vídeo colorido da terra de Moctezuma - cada inspiração de Amparo. Rebenque destro para castigar a *traição de Malinche*. Olhos doces como a *tortilha* fumegante e compartida.

Essa Amparo que ampara o México, mesmo depois da sua ruptura física com este sistema espoliador, deixa suas pegadas para que tempo ao tempo, depois... os indígenas, os jovens e as mulheres de Atenco, de Oaxaca, as trabalhadoras que beiram o Muro da Vergonha Gringa, as entoem para redobrar a força e o candor libertário, cada vez que clama o chumbo e o céu derrama uma lágrima, ao passo deste magnífico pássaro em armas. México tem Amparo, *cuate*!



"Ainda ficou o malefício de presentear ao estrangeiro nossa fé, nossa cultura, nosso pão, nosso dinheiro."



Amparo Ochoa estimulou o imaginário libertador dos mexicanos

Glossário

gringo: apelido pejorativo que se dá aos estadunidenses na América Latina

barzón: correia que une os bois

traição de Malinche: lenda segundo a qual a indígena Malinche teria traído seu povo pelo amor a um conquistador

tortilha: tortinha de milho

cuate: camarada

Hora de seguir no meio do povo

Modesto Azevedo dá o rumo das lutas na Capital

Por Ricardo Casarini Muzy, de Florianópolis

Ele é um homem baixo, rosto arredondado e sotaque arrastado. Sempre está de camisa de botão, calça e sapatos sociais. O cabelo é escuro e enrolado. O sorriso no rosto é uma característica marcante. Mesmo nos momentos em que vai protestar, ali está a cara sorridente. Carrega uma pasta escura, cheia de documentos, textos e processos judiciais. Nasceu na Bahia de todos os santos. Sua cidade natal é Santa Rita de Cássia. Aos seis anos foi para São Paulo com a família. Em 1997, já homem feito, mudou-se para Florianópolis, Santa Catarina.

Modesto Azevedo é presidente da Ufeco, União Florianopolitana de Entidades Comu-

nitárias, que tem sede na Praia. A Ufeco representa dezenas de entidades comunitárias da capital catarinense e está envolvida em grande parte das mobilizações populares que acontecem na região. Está no Núcleo Gestor do Plano Diretor Participativo, nos Conselhos Comunitários de Meio Ambiente, Transporte, Educação. Por conta disso, é fácil encontrar o Modesto em manifestações no centro da cidade, nas audiências públicas e em frente aos dois novos shoppings da cidade, que estão no torvelinho provocado pela Operação Moeda Verde, que investiga ilegalidades ambientais em Florianópolis. Vira e mexe ele participa das ocupações do Movimento dos Sem

Terra. Também ajudou a organizar o Abril Vermelho Urbano em Florianópolis, pois faz parte da União Nacional Pela Moradia Popular e está participando da Campanha Nacional Pela Moradia, com focos nas principais regiões do país.

O Abril Vermelho aconteceu simultaneamente em 15 estados brasileiros. Em Florianópolis, também houve ocupação. Modesto alerta que a Capital hoje está com 62 pontos de “favelização”, o que ele chama de “princípio de caos urbano”. Os pontos mais críticos, segundo ele, são a Vila Arvoredo, também chamada de Favela do Siri, com aproximadamente 200 famílias, Ponta



do Leal, Vila Aparecida, Jardim Boa Vista, Vila Santa Rosa. “Enfim, existem muitos lugares nos quais as pessoas vivem em situação delicada.” Ele defende uma Reforma Urbana e Agrária, e acredita que a integração entre o campo e a cidade é um caminho a ser seguido para se chegar a uma sociedade justa e a um planeta sadio. Por isso a luta dentro do processo do Plano Diretor. “O núcleo gestor ainda tem muitos problemas. Precisamos avançar mais.”

Modesto já deu muito a cara para bater e enfrentou gente poderosa. No processo de instalação dos dois shoppings, por exemplo, participou de todas as audiências

públicas e ajudou a promover os protestos que aconteceram contra as construções, encaminhou denúncias e solicitou audiências com o Ministério Público e a Polícia Federal. Nunca teve medo de bradar a alta voz: “Está claro que existe irregularidade. As licenças vão contra as leis ambientais. Sempre soube disso.”

Dias antes de a Polícia Federal deflagrar a Operação Moeda Verde, ele ajudou a organizar e participou da manifestação que aconteceu debaixo de chuva, em frente ao Shopping Iguaçu. Uma das faixas questionava: “Shopping, invadir

mangue não é crime?” Dito e feito. Dias depois a polícia realizaria a operação que entrou para história do Estado. Vinte e duas pessoas, entre políticos, servidores públicos e grandes empresários foram parar na cadeia por serem acusados de envolvimento em um grande esquema de compra e venda de licenças ambientais. Modesto, junto com grande parte do movimento social e ambiental, comemorou. “Chega de impunidade.”

Modesto parece onipresente. Ele também faz parte do Conselho Consultivo do Sistema de Transportes de Florianópolis. Luta pelo transporte público, pelos preços justos e pelo passe livre

para os estudantes, bandeira levantada pelo movimento que se tornou símbolo de luta popular em Florianópolis, o MPL. Foi essa garotada, junto com outros militantes sociais, que encampou diversas batalhas contra o poder do capital e muitas vezes enfrentou a polícia e teve dezenas de manifestantes presos e feridos.

Homem de luta, Modesto segue assim, entre manifestações, ocupações e audiências. Para cobrar punição aos políticos envolvidos no esquema de comercialização de licenças ambientais, ajudou a organizar uma manifestação em que os participantes lavaram a calçada e o pátio em frente à Câmara dos Vereadores da Capital, fazendo uma limpeza simbólica da Casa do Povo. Junto com o Movimento Passe Livre de Florianópolis, também participa de manifestações populares que pedem o impedimento do prefeito Dário Berger.

Modesto promete ir em frente, lutando e defendendo os interesses dos menos favorecidos. Pasta na mão, sorriso sempre estampado na cara. Os dedos da pequena mão secam as gotas de suor que escorrem da testa. Hora de seguir. Até a próxima manifestação.

Vamos combinar

Por Ana Oliveira,
de Florianópolis

Vamos combinar
 Hoje ando à beira-mar
 Esqueço meus problemas
 Não faço mais poemas
 Não pego o meu irmão na escola
 Vou pedir esmola
 Irei juntar sacolas
 Dormir na Hercílio Luz
 Venderei doce no sinal
 Apanharei do policial
 Esquecerei os meus cadernos
 E meu curso de Direito
 Falarei com o prefeito
 Sobre a injustiça social
 [não me ouvirá, eu sei]

Vamos combinar
 Não sairei cedo da cama
 Nem assistirei nenhum bom jornal
 Desperdiçarei minha comida
 Jogarei lixo em nosso quintal
 Lerei uma revista
 A coluna social
 Saberei sobre tudo
 Da modelo internacional
 À noite tomarei um champagne
 Com meu amigo maior
 Falarei com o prefeito
 Sobre riqueza e capital
 [hum, agora sim ele irá me ouvir]



OS 505 DO OFÍCIO

Por Moacir Loth

Nova operação

Se alguém acha que a Polícia Federal está encurralando muita gente na tal Operação Navalha, imagine só se o nome-fantasia fosse Operação Gillette.

Exemplo

O ministro da Agricultura do Japão, Toshikatsu Matsuoka, suicidou-se porque pesava sobre ele suspeita de corrupção. Já imaginou se a moda pega no Brasil? O suicídio seria coletivo!

Para cachorro chorar

Em meio à polêmica sobre o presente e o futuro dos cachorros nas cidades e no Campus da Universidade Federal de Santa Catarina, um bom presente para leitores é o livro *De Bagdá, com muito amor – Um soldado e um cachorro na Guerra do Iraque*, do tenente Jay Kopelman e de Melinda Roth, publicado pela Bestseller, com tradução de Sérgio Duarte. O livro narra o salvamento de um filhote de vira-lata, durante a batalha de Faluja, por fuzileiros navais. A obra vem recebendo resenhas dos principais jornais do mundo.

Ditadura, ilegalidade, pressão e covardia

A PM, sob a proteção da fardinha, veste-se de autoridade e passa a ter poder absoluto para botar multa em toda a população. Assim como tortura, também bate a carteira através da multa, à revelia, à vontade, ao deus-dará. Quando a democracia vai mudar o esquema de multas? Renda ou educação? Quando a democracia vai impedir a tortura na delegacia, na cadeia e na penitenciária? Quando? Tortura, nunca mais? Sempre? Esses dias um tenente-coronel fez no Rio um discurso para a tropa em defesa da tortura. “Minha vontade, se tá na ditadura militar, é botar tomando choque a noite inteira. Meu sonho é voltar essa ditadura (...)”

Encruzilhada

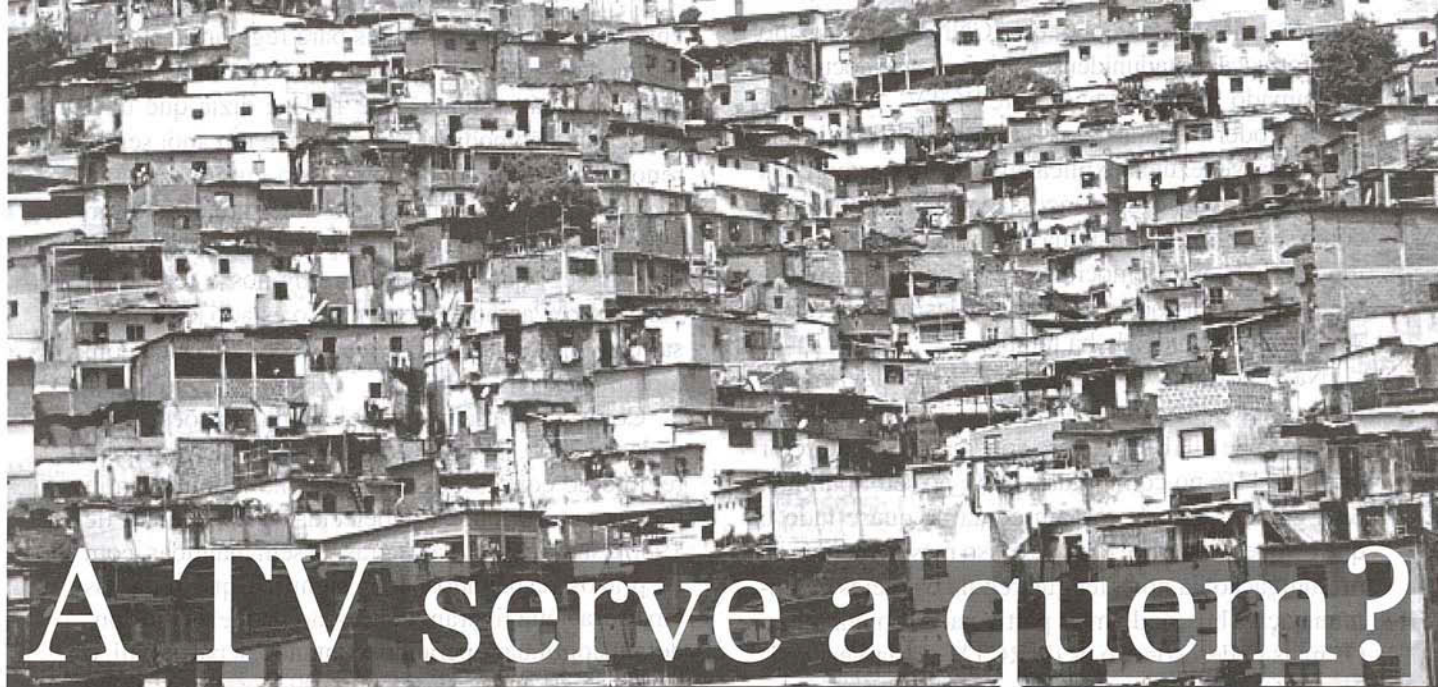
Tenho cem caminhos e nenhum para caminhar.

Boas maneiras

Quer mandar alguém “à m”, faz isso pelo menos com educação, sorrindo...

Provérbio

“Raspe um moralista e encontrarás um tarado.”



A TV serve a quem?

Mídia brinca de "faz-de-conta" no debate sobre a RCTV

Por Elaine Tavares, de Florianópolis

Quem já esteve na Venezuela sabe muito bem: liberdade de opinião é tudo o que há. Nas rádios e emissoras de televisão comerciais, o presidente Hugo Chávez é xingado, humilhado e desmoralizado. As palavras usadas pelos jornalistas são de uma violência sem par. E ainda assim, ali estão, eles e elas, a disseminar suas diatribes, sem que ninguém lhes impeça. Não há censura de nenhuma espécie. Também os grandes jornais fazem oposição ao governo, ou melhor, a Chávez, usando argumentos que muito mais ofendem a pessoa do presidente do que ao governo em si. É um negócio inimaginável em qualquer outro país do mundo. Se isso acontecesse nos Estados Unidos, por exemplo, duvido que os jornalistas não fossem presos ou banidos para sempre. Pois na Venezuela eles estão livres para falar.

Em maio o governo decidiu uma coisa que também acontece no chamado "mundo livre" todos os dias. Não renovou a concessão de uma rede de televisão do país, a Radio Caracas Televisión, alegando que a mesma não

cumpria a lei. E o que diz a lei? Que as redes de televisão, assim como as de rádio, são um serviço público e como tal devem servir à população com informações de interesse de todos, e não só de alguns. É uma lei muito parecida com as leis dos demais países do mundo, inclusive do Brasil. Pois a RCTV é uma rede de televisão que existe há mais de 50 anos, sempre na linha da desinformação, tal e qual qualquer outra emissora de TV alinhada com os interesses do grande capital. A RCTV, assim como a Venevisión, é uma rede que muito mais funciona como uma corrente de transmissão da ideologia do "american way of life" do que qualquer outra coisa. Uma máquina de propaganda, como muito bem já analisou o teórico Noam Chomsky. No Brasil poderíamos colocar como análoga a rede Globo, por exemplo.

Mas os motivos que levaram o presidente Hugo Chávez a não renovar a concessão vão muito além de uma possível represália, como dizem os parceiros da mídia-irmã, como o

COMUNICAÇÃO

Jornal Nacional, da Globo, ou a CNN, braço armado da informação estadunidense. Num extenso documento chamado 'Libro Blanco sobre RCTV', o Ministério do Poder Popular para a Comunicação e Informação da Venezuela explica em detalhes os porquês da não-renovação da concessão. Além de mostrar como se conforma o sistema comunicacional no país, monopólico, anti-democrático, concentrador, o documento esmiúça todas as ilegalidades que a RCTV vem cometendo desde há tempos.

Na Venezuela, 78% das estações de televisão estão nas mãos privadas, contra 22% do setor público. Na banda de UHF, o número sobe para 82% no setor privado, 11% no comunitário e 7% no setor público. Seis grandes grupos tomam conta de quase tudo o que o venezuelano vê e ouve, e isso mesmo depois da promulgação da nova lei que regula os meios de comunicação, buscando mais participação comunitária. Os mais poderosos são os da RCTV e o da Venevisión. Juntos, controlam 85% das verbas publicitárias e têm 66% do poder de transmissão. O grupo que controla a RCTV é o das empresas IBC, nascida em 1920 e incrementada em 1930 com verbas e tecnologia da RCA. A TV existe desde o início dos anos 50 e tem, hoje, entre seus acionistas, uma empresa com sede em Miami, EUA, a Coral Pictures. Não é sem razão que, segundo estudos do Instituto Nacional del Menor, 67% dos programas transmitidos sejam de produção estrangeira e que a metade da programação – cerca de 52% – seja de anúncios publicitários. Da programação local, muito pouco representa a vida real do país. Os programas de auditório, as telenovelas e outras produções representam, no mais das vezes, a Venezuela branca e rica. A massa de trabalhadores, os indígenas, os negros, geralmente só aparecem em programas policiais. Qualquer semelhança com o Brasil não é mera coincidência.

A idéia de concessões públicas começa a ganhar corpo na Venezuela no final de 1875, quando o governo se viu diante da necessidade de controlar as riquezas naturais, mais particularmente o petróleo. Depois, essas concessões foram se espalhando para o campo da mineração e das comunicações. Quando nasce a primeira rádio, em 1923, é o estado quem outorga a permissão. Desde

então, o governo dita as leis para regular o setor. A última delas, antes da lei RESORTE, promulgada no governo Chávez, datava de 1941 e dizia que uma concessão não podia durar mais que um ano, sendo renovada apenas se o interessado cumprisse com todas as leis. Essa lei só veio a ser atualizada em 1986, através de um decreto presidencial (que não era Chávez) que esticou para 20 anos o tempo da concessão. Passado esse tempo, o estado pode revisar o contrato e decidir se a emissora continua com a permissão.

Com a Lei Orgânica de Telecomunicações, aprovada em 2000, já no governo Chávez, nasce um novo regime de concessões. Mas essa nova lei garantiu que as autorizações estabelecidas pelo decreto de 1986 e suas respectivas regras fossem mantidas, com os prazos respeitados. Isso significa que todas as emissoras que tiveram concessão naqueles dias puderam continuar operando, contando, a partir dali, o prazo de 20 anos. Agora, em 2007, este prazo está esgotado, daí a revisão de cada uma delas, já dentro dos critérios da nova lei. Até aí, nada de ilegal ou de falta de liberdade de expressão. Apenas a correta adequação a uma nova situação, fruto de uma mudança significativa no conteúdo do que seja um serviço público, capaz de “permitir o acesso universal da informação”.

Na nova lógica da lei das comunicações venezuelanas, aquele que detém o controle da empresa não é o dono da mensagem. Ele tem, por obrigação, que garantir a pluralidade das vozes, a democratização das idéias e a participação popular. Portanto, na avaliação do governo da Venezuela, a RCTV, terminado o seu prazo de concessão, não atende aos requisitos básicos para continuar gerindo um bem público. E por quê? Porque desde sempre a emissora manteve a política de informar apenas um lado da questão: o que interessa ao grande capital. Segundo o relatório governamental – disponível na Internet – a RCTV, durante o golpe que tentou tirar Hugo Chávez do poder, difundiu notícias falsas, impediu a fala de pessoas do governo, fomentou a violência, negou-se a divulgar as opiniões que eram favoráveis ao governo e não mostrou qualquer ato de mobilização dos partidários de Chávez.

Também no episódio da paralisação dos petroleiros, organizada pela Fédecamara (instituição empresarial) e a Confederación de Trabajadores de Venezuela, a RCTV usou atores profissionais e fabricou imagens visando falsear a realidade e incitar o terror. Naqueles dias, a emissora foi alvo de investigações por parte do governo e todas estas questões foram comprovadas. Não bastasse isso, também foi detectada a evasão de tributos por parte da rede, débitos com funcionários e o uso de imagens de crianças para disseminar o ódio ao governo de Chávez. O dossiê com essas informações está disponível na rede mundial de computadores pelo endereço:

www.mct.gob.ve/nosotros/promoMCT/libro_blanco_RCTV-Web.pdf

O fato é que todos esses argumentos não são divulgados nas reportagens feitas sobre a não-renovação da concessão. Tudo o que se diz é que o governo Chávez está censurando, reprimindo e impedindo a livre expressão. Estes fatos citados acima mostram que a coisa não é bem assim. Há que observar todos os pesos da balança.

O pensador estadunidense Noam Chomsky há muito tempo prega que as pessoas do chamado “mundo livre” deveriam ter à disposição um curso de auto-defesa intelectual. E ele não diz isso à toa. É porque é um estudioso sistemático do modelo de comunicação estadunidense, o maior criador de ilusões que já se viu e que, não por acaso, estende seus tentáculos por toda a América Latina. Segundo Chomsky, quando o governo dos Estados Unidos fala em democratização da comunicação, esse discurso está totalmente desprovido de significado, porque, lá, o cidadão comum não tem qualquer possibilidade de controle sobre o que é divulgado. Os únicos interesses que importam são os do governo e o das grandes corporações. Eles controlam tudo. Quando, por algum motivo, as redes de TV ou jornais principiam a falar de algum tema que seja contra as políticas governamentais, esses meios são “censurados” pelo imediato corte de verbas. E, ao que parece, não há ninguém na CNN ou na Globo gritando contra isso.

Nos Estados Unidos, denuncia Chomsky, os interesses das maiorias sempre foram considerados uma “ameaça à democracia” e quem os divulga está mar-

cado para sempre. Na “terra da liberdade” só têm curso livre as informações que dizem respeito aos interesses nacionais, e aí leia-se: dos bancos, das grandes empresas, do governo. Nada a ver com o povo. A desinformação é o prato do dia, sem que nenhum organismo de imprensa se levante em repúdio. Mentiras são divulgadas à exaustão, como a das armas químicas no Iraque, e ninguém pede provas. Pelo contrário. A notícia é disseminada por todos os países e as redes de imprensa reproduzem como se fosse a verdade absoluta. “Para os EUA, quando as grandes empresas perdem o controle da comunicação, então aí está uma violação da democracia”, diz o teórico estadunidense.

O certo é que aquilo que ameaça ter um cheiro de povo, de participação protagonista das gentes, acaba tornando-se altamente incomodativo. As grandes redes na Venezuela, acostumadas a colonizar as mentes da população com um mundo alienígena, começam a perceber que os ventos estão soprando de outra direção. Enquanto os apoiadores da RCTV aparecem nas telas da CNN clamando pelo direito de verem suas novelas e programas de entretenimento, os que ajudaram a escrever a nova lei de comunicação querem ver brotar uma nova televisão. Que seja capaz de dar conta da pluralidade das gentes venezuelanas, que abrigue produções nacionais, comunitárias, que informe com o maior número de lados da verdade, que forme, que traga os aspectos culturais do seu povo, que assegure a participação popular.

De qualquer modo, essa é só mais uma batalha da luta de classes que se explicita no processo bolivariano. O poder de “los de abajo” contra as grandes corporações. Um capítulo paradigmático, visto que serve de exemplo para as demais emissoras com concessão a vencer. Na Venezuela, a iniciativa privada pode expressar-se e viver em paz, desde que cumprindo com o que diz a lei soberana, fruto da vontade do povo, pois como se sabe, lá, qualquer lei pode ser alterada pelo poder popular. Assim, o que se vê nas telas das televisões dos países amigos dos EUA nada mais é do que a velha jogada ideológica de tirar por diabo toda e qualquer pessoa que não diga amém ao capital. Mas quem pensa por si mesmo pode chegar a outras conclusões...

Uma luz no convento

Por Miriam Santini de Abreu,
de Florianópolis

O lugar onde a gente nasce cristaliza tantas memórias sagradas... Há um haiku de Kobayashi Issa que, ao refletir sobre o regresso ao lugar que diz de nós, faz doer:

*"Minha cidade: tudo
o que encontro e toco
torna-se sarça."*

É isso. A volta arde. Para mim, uma sarça é a luz no convento das Monjas Carmelitas Descalças, lá no alto da rua César Stalivieri. Um convento na colina... Todos os anos, na noite da véspera de natal, a claridade deixa imponentes as janelas altas. Há celebração ali, e o convento parece uma iluminura saída de um antigo manuscrito. Prendo a respiração quando vou à rua para ex-

perimentar a epifania e fazer os meus votos. Penso naquelas mulheres que têm a vida consagrada... E quando o convento, com as luzes apagadas, integra-se novamente à escuridão, desejo, suavemente doída, que um novo natal chegue. É como um instante no mais belo dos templos... Como diz Tomé em seu Evangelho:

"Disse Jesus:

Eu sou a Luz

que ilumina todos os homens.

Eu sou o Todo.

O Todo saiu de mim

e o Todo voltou a mim.

Ao rachardes lenhas, eu estou aí.

Ao levantardes uma pedra.

Aí me encontrareis."

Outras sarças. Um bosque de eucaliptos plantados num morro, outrora

amplo, hoje quase sufocado por prédios, onde o piquenique era com biscoitos e suco; as casas velhas, desbotadas, com varanda e alpendre de madeira, desaparecidas para dar lugar a estacionamentos; a vereda ao lado da Catedral, onde os sinos me fascinavam; os canteiros cheios da vermelha e delicada alegria-dos-jardins, com o poético nome científico de *Salvia splendens*. Antônia, minha avó materna, plantava essas florezinhas.

São assim, fios ligados a outros fios, esses regressos a Caxias do Sul. Caminho pelas ruas bisbilhotando, contando coisas para mim, como se de outra falasse. Mas não é de outra? Perto da escola de meninice, a Clemente Pinto, paro, fico à distância. Receio. Sarça ardente demais. Três vezes tentei visitar a biblioteca, onde coleções como a *Vagalume* e *Jovens do Mundo Todo*, Monteiro Lobato, a *Barsa* e a *Larousse* eram generosamente espalhadas sobre as mesas redondas. Mas ora o colégio está fechado, ora a bibliotecária pediu licença... Melhor assim, talvez. Há lugares sagrados demais. Uma vez houve um concurso na escola. O aluno que entregasse o questionário completamente respondido ganharia uma caixa com livros. Eu tinha uns 12 anos. Como desejei aquele prêmio! Mas uma das perguntas ficou sem resposta. Ainda lembro-me do que, na época, não consegui decifrar: - Quem disse "Vois sois o sal da terra"?

Sarças...



MOVIMENTO SOCIAL



A lei só cai sobre os pobres

Fotos: Leopoldo Nogueira

Jovens lutam por direitos coletivos

Por Elaine Tavares, de Florianópolis

Florianópolis viveu, em maio e junho, muita luta e mobilização contra o aumento das tarifas dos transportes coletivos. Até os estudantes do Colégio de Aplicação protagonizaram cenas dramáticas dentro do campus da Universidade Federal de Santa Catarina. A cada protesto contra o aumento da tarifa de ônibus, que passou de 2,10 para 2,40, a Polícia Mili-

tar aparecia, com sua gente do grupo tático, carregando escudos, armas e bombas. O comando da operação não deixava dúvidas: “Eventuais lideranças, identifica, algema e leva preso.” Essa era a ordem. Ainda assim, a guirizada não esmoreceu. Por diversas vezes realizou o *catraço* – que é entrar no ônibus em grupo, sem pagar – e seguiu realizando manifestações

e trancamento de rua. Nos jornais, a notícia era de que eles estavam promovendo a violência. Como sempre, a vítima vira vilã. Quem, com 13, 14 anos no máximo, pode ser violento contra um grupo da polícia de choque fortemente armado?

De protesto em protesto o movimento ganhou corpo e mais de quatro mil pessoas foram às ruas. Já não

eram mais só os secundaristas e universitários brigando por passe livre. Aderiram ao protesto os sindicalistas, os movimentos sociais e a população em geral, que não suporta mais viver a odisséia de um transporte desintegrado e ainda pagar caro por isso. Manifestações pacíficas e legítimas, visto que tamanho aumento impede o direito de ir e vir dos trabalhadores e das gentes em geral. E, afinal, esse não é o direito mais invocado pelos seres transformados em automóveis, que tanto questionam as mobilizações de protesto?

Mas quem está preocupado com o direito da malta? Gente protestando é vista como ralé, turba, plebe rude. Para eles só a linguagem do cassetete, do gás, da bala de borracha. Não avisaram aí que as pessoas precisam se adequar ao que manda o capital? Se os empresários do transporte precisam aumentar seus lucros, quem é a plebe para discordar? Seu destino é abaixar a cabeça e seguir pagando. Paga-se, e caro, para poder ir e vir, dando lucros estratosféricos para os donos de ônibus. Esse direito dos patrões não pode ser questionado.

A ordem instituída, que defende os empresários, que dá proteção a shoppings, que prefere ferir a juventude a causar qualquer risco aos prédios privados do capital, não foi ditada pelo povo. Quem inventou as leis foram os donos do poder. O contrato social é uma farsa, do qual as gentes desconhecem as letras pequenas. O que existe é a imposição de uma ordem, emanada de cima, que defende apenas os interesses de alguns. Não há igualdade perante a lei.

Os empresários corruptos que, por anos, compraram licenças ambientais em Florianópolis, destruindo a natureza, nunca tiveram a tropa de choque nas suas portas. Foram elegantemente “detidos” pela Polícia Federal, muito fina. E, em poucas horas já estavam processando o Estado pelo “constrangimento” que passaram. Não teve apresentador de televisão os chamando de vagabundos, não teve a cara enferruscada da burguesia dizendo que eles estavam ferindo seu direito de viver. A tropa de choque não é para os ricos, os que mandam, os que fazem as leis. A tropa de choque é para os pobres, os que protestam, os que insistem em gritar, como Jeremias no deserto, que esta ordem que aí está é que é a desordem.

Em Joinville - a cidade do escândalo do Balé Bolshoi, que não respingou em ninguém graúdo - uma fábrica tocada pelos trabalhadores desde que o dono a levou à falência foi tomada pela Polícia Federal, impedindo que a vida seguisse seu curso, impedindo que os trabalhadores continuassem ganhando o pão com o suor do trabalho. A polícia a serviço de quem? Da propriedade privada, do capital! E aqueles que mantiveram a fábrica funcionando esse tempo todo agora são os bandidos, os loucos, os que vão levar borrachada, gás e pimenta, se não balas.

Em Florianópolis se instalou um clima de guerra, mas é bom que se diga: por parte da polícia. As manifestações são festivas, alegres, como o é a juventude. Eventuais excessos sempre são provocados pelos famosos “seres gris” que ninguém conhece. A ordem

A tropa de choque não é para os ricos, os que mandam, os que fazem as leis. A tropa de choque é para os pobres, os que protestam, os que insistem em gritar, como Jeremias no deserto, que esta ordem que aí está é que é a desordem.

armada só defende os interesses do capital. Dizem que é para defender os direitos coletivos. Mas os direitos coletivos de quem? E os direitos coletivos dos trabalhadores, dos estudantes? Quem defende? Ninguém. A estes, balas. Até a Igreja Universal, que tem um templo gigantesco na Mauro Ramos, fechou suas portas quando a polícia dispersou as gentes com bombas, cavalos, cães e balas.

O mais triste é ver uma parte da população fazer o jogo do inocente útil. Reclamam dos estudantes e dos trabalhadores como se não fizessem parte desta classe. Preferem achar bonito que todas as ruas sejam trancadas para que aconteça uma festa do capital. Montar barracas para vender bugigangas não afeta o direito de ir e vir de ninguém, embora o trânsito fique parado por horas. Mas gente lutando, sim.

O povo que enfrentou a polícia em Florianópolis afirma que não vai parar. “Amanhã vai ser maior”, gritam. Não estão nem aí para o “prendo e arrebento” da PM e muito menos para as ameaças do promotor público de Santa Catarina que afirmou estarem as lideranças do movimento sendo rastreadas, com prisão pres-

tes a se cumprir. O povo em luta sabe que nada muda neste mundo capitalista se não for no enfrentamento. Uma outra ordem. É disso que se trata. Aquilo que os jornais chamam de bagunça de estudante nada mais é do que a legítima vontade de vida digna.

O que talvez o movimento precise avançar é no encontro com seu verdadeiro antagonista, como bem lembra a professora da UFSC Beatriz Paiva. Nos confrontos com a PM, são os soldados que aparecem como inimigos, quando, na verdade, a mobilização deve caminhar na direção do prefeito da cidade, Dário Berger, que permite uma tarifa tão alta e se esconde por trás do batalhão. Se o movimento não se digladiar com ele, fica redutor e se esgota em si mesmo.



Traição



Por Sandra Werle,
de Florianópolis

Ele gozava de sua total confiança. Lá se iam sete anos de parceria, e ele ali, sempre presente, roncando às vezes mais, às vezes menos. Mas dando conta do recado. Por isso mesmo a sucessão de fatos causou tamanha surpresa. Quase uma decepção completa. A natureza pacífica dela é que acabava sempre por minorar as coisas. “Eu sabia, era de se esperar”, observava. Ou ainda, “tadinho, depois de tanto tempo, ele ia acabar batendo o pino, mesmo”.

O fato é que, num espaço de tempo de três semanas, sete anos acabaram sendo colocados à prova, e agora ela já pensava seriamente na separação.

O vazamento de óleo era histórico, era mais ou menos como ter um namorado que gosta de birita. Chateia, mas não impede. Só que, depois de meses sem visitar uma oficina, ele passou a engasgar, como quem têm tosse, soltar uns gases pela descarga, sei lá, sinais estranhos e completamente indefiníveis para ela, que de mecânica entende tanto quanto de chinês.

Aí veio a decisão. Uma internação na oficina, que obvi-

amente implicou naquela resposta de mecânico: “Vai ser preciso trocar a correia, a vela, o pistão, o trombone, a rebimboca da parafuseta... mas eu faço condições para o pagamento”. E lá se foram seiscentos reais e aquela impressão de roubo que a gente sempre sente quando sai da oficina.

Ele estava até estranho, assim, mais leve e mais decidido ao mesmo tempo. Mas na manhã seguinte, outra surpresa: o pequeno vazamento de óleo definitivamente deixara de ser pequeno, e uma poça viscosa e transparente chegava até a roda esquerda, um óleo novinho, novinho. A birita tinha virado um porre completo. Sem condições de rodar, direto de volta para a oficina.

“É incrível, nunca aconteceu isso antes! Troquei por uma peça novinha, mas ela tinha defeito”, explicou o mecânico, que obviamente trocou a peça sem cobrar um tostão. “Só faltava!” De resto, lá estavam os dois companheiros de volta na estrada. A esta altura, o ronco dele já tinha aumentado bastante, mas faz tempo que ela sabia que precisava trocar a descarga.

Mais um dia e lá iam os dois

para o trabalho debaixo de uma chuva daquelas. Água se juntava na rodovia, água vinha do céu e mais água vinha das ondas, ou jatos, pelos lados, quando passavam carros. O barulho da chuva, do trânsito, do vento, todos contribuía para criar um ambiente de filme de terror. Mas podia ser pior. E foi. Ao passar numa poça maior, acabou de romper a descarga. Agora não era mais ronco: era um apelo desesperado, um grito de socorro, um urro, “chame a polícia”. Aí foi que ela começou a desacreditar: “Puxa, Júnior, mais essa.” Mas foi só isso. Bronca de amor. Além do mais, foram só vinte minutos no Fábio Escapamentos e mais vinte reais.

A reconciliação foi perfeita. Um dia de sol, uma manhã de cores magníficas, e a estrada pela frente. Até chegar em Ponta das Canas são trinta quilômetros, tempo suficiente para sentir o ronco “normal”, que ela ouvia sorrindo, feliz com aquela parceria, e pensando, naquela mania de fazer tudo parecer melhor: “Ah! Que bom, tudo que tinha para acontecer já aconteceu! Agora é só curtir!”

Mas tinha um quebra-mo-

las no meio do caminho. Aí, um som surdo primeiro, abafado. Depois, um ronco estranho e uma puxada para a direita. Socorro! Não tinha nem jeito de levar até a oficina. O mecânico é que foi à montanha: rolamento espatifado. E a paciência estraçalhada.

Agora a ameaça é real. Uma olhada nos classificados, uma pesquisa nas concessionárias. “Não dá mais. Dependendo dele e ele não corresponde. O jeito é trocar.”

A última hesitação acabou naquele sinal. Estava vermelho quando ambos chegaram. Pararam para esperar o verde. Verde. Engata, acelera. Uma buzina repentina, um estrondo. Um giro pra esquerda, quase um vôo. Um Fiat furou o sinal vermelho. E veio direto para cima dos dois. Ela desembarcou, trôpega e nervosa. Ele, coitado, estava lá, com a roda virada para o chão, aquela fibra de Gurgel toda rasgada na frente, do lado direito. Era o fim. Aquela relação de sete anos recebeu a última pá de cal. A dúvida que perdurou nela foi saber se a traição foi dele, que entregou os pontos, ou do tempo, que ninguém controla e que passa assim, sem olhar para os sentimentos.

Desenvolvimento Sustentável

O I Colóquio Internacional sobre Desenvolvimento Territorial Sustentável será realizado de 22 a 25 de agosto na Universidade Federal de Santa Catarina. Um dos objetivos do evento é debater as políticas públicas de desenvolvimento territorial e o peso das diferentes percepções e dos conflitos de interesse na apropriação e uso do patrimônio natural e cultural.

As inscrições são gratuitas, e devem ser feitas até 3 de agosto no site <http://www.cidts.ufsc.br>



Foto: Mirian Abreu

Um galo rouco passa os dias empoleirado no alto da ponte do Cantagalo, no bairro de mesmo nome, em Rio do Sul (SC). O bicho é de metal retorcido e canta graças a uma gravação feita por moradores. São encantos da terra pela qual passa, sinuoso, o rio Itajaí.

Axioma e Postulado - Enigmas do nosso tempo



A burca do jornalismo

Por Moacir Loth, de Florianópolis

O Livreiro de Cabul, publicado no Brasil pela Record, é uma grande reportagem, escrita em linguagem literária, utilizando as técnicas do chamado Novo Jornalismo. A correspondente internacional norueguesa Åsne Seierstad morou durante três meses na casa do livreiro Sultan Khan. Coberta por uma burca, pôde acompanhar de perto o universo feminino e masculino de uma tradicional família da sociedade islâmica fundamentalista.

Preso várias vezes, livraria incendiada, Sultan Khan mantinha uma relação ímpar com o livro e a leitura. “Podem queimar meus livros, arruinar a minha vida, podem me matar, mas nunca destruir a história do Afeganistão”.

Trata-se de uma história verdadeira, mas incomum num mundo incompreensível, dominado pelo analfabetismo e pela violência indiscriminada.

O livro pôs a nu um pouco da intimidade do povo afegão, principalmente o sofrimento e a humilhação das mulheres. Por lá, por exemplo, uma mulher está proibida pelo clã e pelos mulás de se apaixonar, de amar. Mulher é troca, venda, mercadoria.

“Pessoas indisciplinadas são mortas a sangue frio. Caso apenas um dos dois tenha de ser castigado com a morte, sentença-se a mulher”, revela a jornalista.

As mulheres denunciaram as injustiças através de canções e



poema. Poemas são bombas para aquelas mulheres. Algumas “pobres e nojentas” radicalizam: protestam se suicidando...

Segundo Asne, a maioria dos desabafos é de desapontamento “por uma vida não vivida”.

“Uma mulher pede a Deus para na próxima vida ser uma pedra em vez de mulher”, resume.

“Amanhã de manhã estarei morta por tua causa.

Não diga que não me amou”, diz um dos “gritos”...

Assine *Pobres & Nojentas*

5 edições (bimestral): R\$ 22,50 (estão inclusas as despesas com o Correio)

- Deposite o valor na conta do Banco do Brasil nº 618-714-5, agência 0016-7
- Envie e-mail para eteia@gmx.net informando: data e hora do depósito, nome e endereço completo (com CEP)

Até quando

Recebo notícias de outro mundo,
de pessoas que até se parecem comigo.
Muito.

Neste outro mundo,
os bebês nascem sem ser esperados,
e crescem sem receber cuidados.
Lá as crianças trabalham,
sem calçados, nem brinquedos,
sem escola, nem parquinho.

Neste outro mundo,
as pessoas vivem em locais apertados
sem calçadas, mesa, nem banheiro
sem reboco ou sequer um vaso de flores

Neste outro mundo as meninas viram mães.
Sem ter ido ao disque-dance,
Sem ter tido festinha de quinze anos.
A primeira boneca é o primeiro filho.
e logo aparecem outros filhos e outros maridos.

Neste outro mundo não há um trabalho,
com salário e carteira assinada.
Nada de conta bancária, prestação,
cartão de crédito, imposto de renda e poupança.
Nada disso!

Neste outro mundo as pessoas pedem ajuda
para as pessoas do meu mundo,
que fica incrivelmente perto
e absolutamente distante.
Infinitamente inacessível.

Até quando haverá dois tipos de mundo
pra uma só humanidade?
Até quando alguns serão mais seres
que outros humanos?
Até quando...

Por Rosângela Bion de Assis
de Florianópolis

POEMA

Foto: Carolina Bion de Assis

